

DIREITO E RELIGIÃO NO BRASIL¹

Edson Martins²
Uipirangi Franklin da Silva Câmara³

RESUMO

O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas no Núcleo de Iniciação Científica do curso de Direito do Centro Universitário OPET no ano de 2017, na linha de pesquisa Direito, Religião e Gênero. Os pesquisadores procuraram estudar a presença de elementos religiosos na legislação brasileira, entendendo ser a religião um fenômeno social e universal, presente na história do Brasil desde o início da sua colonização. Desde a Constituição do Império, passando pelas constituições republicanas, a religião está bem presente nelas. A maioria traz elementos religiosos em seu preâmbulo, denotando a religiosidade de seus formuladores. Embora em todas as constituições do período republicano preveja a separação entre Igreja e Estado, na prática muita coisa ainda não foi separada. Dois exemplos da interferência da religião é o uso de símbolos cristão em prédios públicos e os argumentos religiosos usados para barrar a descriminalização do aborto.

Palavras-Chave: Religião; Direito; Aborto; Ética

ABSTRACT

This article is the result of the research carried out at the Nucleus of Scientific Initiation of the Law course of the University Center OPET in the year 2017, in the research line Law, Religion and Gender. The researchers sought to study the presence of religious elements in Brazilian legislation, understanding that religion is a social and universal phenomenon, present in the history of Brazil since the beginning of its colonization. From the Constitution of the Empire, through the republican constitutions, religion is very present in them. Most have religious elements in their preamble, denoting the religiosity of their formulators. Although in all the constitutions of the republican period it foresees the separation between Church and State, in practice much has not yet been separated. Two examples of religious interference are the use of Christian symbols in public buildings and the religious arguments used to stop the decriminalization of abortion.

Keywords: Religion; Right; Abortion; ethic

1 Este artigo é fruto das pesquisas do Núcleo de Iniciação Científica, linha: Direito, Religião e Gênero, do curso de Direito do Centro Universitário OPET – UNIOPET, no ano de 2017.

2 Licenciado em Pedagogia pela UFPR, bacharel em Teologia pela Faculdade Batista de São Paulo, especialista em Educação a Distância pelo Centro Universitário SENAC-RJ, mestre em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Rio de Janeiro, mestre em Educação pela UFPR e doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor nos cursos de Direito e Pedagogia do Centro Universitário OPET - UNIOPET. Email: edsonmartins9@gmail.com

3 Doutor e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Especialista em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Tecnologias Educacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Project Management in Executive Education Program pela George Washington University. MBA Internacional em Gestão de Pessoas pela FGV e George Washington University. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná, Graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. CEO da Educriare Planejamento e Consultoria Educacional. Professor de Sociologia Jurídica, Filosofia Geral e Filosofia do Direito do Centro Universitário OPET - UNIOPET. E-mail: ucamara@gmail.com

INTRODUÇÃO

A religião sempre esteve presente na sociedade e, conseqüentemente, refletida, em maior ou menor grau, nas leis de cada país. O Brasil, desde a sua colonização contou com a presença forte da Igreja Católica, que foi a religião oficial do país durante a maior parte de sua história. E esta forte presença é sentida na cultura, nos costumes e nos valores da sociedade brasileira.

A maioria das constituições faz referência “proteção de Deus”, demonstração clara da visão religiosa dos seus formuladores. Mesmo a primeira constituição republicana, de viés positivista, embora deixasse clara a separação entre igreja e Estado, não foi capaz de efetivar a laicidade do Estado de forma total. E nem o conseguiu as outras constituições que a sucederam.

O objetivo deste artigo foi o de analisar o quanto de aspectos religiosos estão presentes na legislação brasileira e as conseqüências disto no cotidiano da sociedade, como as incoerências de algumas leis e as controvérsias causadas por alguns temas, principalmente aqueles que envolvem aspectos morais ou doutrinários, essenciais para os grupos cristãos.

Embora tenha havido uma nova configuração religiosa no Brasil com o crescimento das igrejas evangélicas, principalmente as de orientação neopentecostal, quando o tema afeta interesses religiosos (principalmente os cristãos), tem havido uma união pontual entre católicos e evangélicos na defesa de bandeiras comuns (MONTERO; SALES; TEIXEIRA, 2017, p. 434).

O texto está dividido em três partes distintas. Na primeira há uma discussão do que seria a religião, definido como um fenômeno social, seus componentes e sua função na visão de diferentes pensadores, como Peter Berger, Karl Marx, Jean Jacques Rousseau e Max Weber.

Na segunda parte há uma apresentação sucinta das constituições brasileiras e como foi abrigada a religião nos textos constitucionais: as novidades, os avanços e os retrocessos.

Na terceira e última parte é colocada a discussão dos conflitos que muitas vezes surgem na sociedade brasileira em decorrência dos valores religiosos de grande parte da sociedade, confrontando a laicidade do Estado em alguns casos, como o do uso de símbolos religiosos em prédios públicos e a descriminalização do aborto.

1. A RELIGIÃO COMO FENÔMENO SOCIAL

A religião é um fenômeno universal, presente na vida da maioria das pessoas ao redor do mundo, existindo desde os primórdios da civilização. Dificilmente se encontrará um grupamento social que não possua alguma forma de religiosidade a reger seus costumes, seu cotidiano, suas vidas (ASSIS; KUMPEL, 2011, p. 69)

Esta é uma realidade constatada na antiguidade e registrada nas palavras do filósofo:

Podereis encontrar uma cidade sem muralhas, sem edifícios, sem ginásios, sem leis, sem uso de moedas como dinheiro, sem cultura das letras. Mas um povo sem Deus, sem oração, sem juramentos, sem ritos religiosos, sem sacrifícios, tal nunca se viu. (PLUTARCO apud WILGES, 2001, P. 9).

É evidente que a religião exerce um papel importante na estruturação da vida social, confirmadas nas palavras de Giddens (2005, p. 426):

Os registros das primeiras sociedades, cujas evidências encontramos somente em ruínas arqueológicas, deixam vestígios claros de símbolos e cerimônias religiosas. No decorrer da história, a religião continuou a desempenhar papel central na experiência humana, influenciando nossa forma de perceber os ambientes deste mundo em que vivemos e de reagir a eles.

Mas, como se define a religião? Não é uma tarefa fácil, havendo muitos fatores a se levar em conta. Do ponto de vista etimológico, a palavra *religião* está ligada ao termo latino *religare*, que indica um profundo relacionamento entre o ser humano e a divindade. Mas como a etimologia não consegue traduzir todo o significado que muitas palavras possuem, uma boa definição é a que é oferecida por Birnbaum (1987, p. 1058): “Religiões são sistemas de crença, prática e organização que transformam uma ética que se manifesta no comportamento de seus seguidores.”

É difícil estabelecer um consenso a respeito do tema. Geralmente, as definições encontradas remetem ao Cristianismo, religião majoritária nos países ocidentais e que não retratam as outras tantas religiões de outras partes do mundo.

Mas se não é possível fazer uma definição precisa da religião, é possível apontar alguns elementos constitutivos de uma. Segundo Giddens (2005, p. 427) um traço comum a todas as religiões é a existência de rituais ou cerimônias. Estas ações são distintas das ações praticadas no cotidiano e só fazem sentido dentro do contexto religioso. As

cerimônias possuem diversas funções, desde a chamada da divindade, nas religiões afro, até a iniciação e a aceitação no grupo, no caso do batismo.

Para um melhor entendimento do que é um rito e seu significado, é importante saber que,

O rito mostra em seu conjunto de elementos formadores, as concepções de formação do grupo: a origem, os mitos a eles relacionados. O rito propicia manter vivos os elementos que explicam a origem divina dos seres, re- atualizando a sua crença. No momento do ritual o indivíduo se torna parte do todo, aqui entendido como elementos participante e atuante na construção do rito, pelos poderes conferidos por uma autoridade constituída, o juiz ou o professor, como instituições por exemplo. Portanto os ritos expressam a vida religiosa e o aprendizado à medida que se inspiram na relação de alteridade (LEAL, 2012, p. 116).

Um dos rituais religiosos mais comuns é o culto, definido por Marconi e Presotto (2001, p. 165) como sendo,

uma série de atos contidos na veneração ou comunicação com seres sobrenaturais. Consiste no conjunto de crenças, rituais e divindades, associados a objetos, lugares específicos, oficiantes e crentes. Varia na estrutura, organização e realização, no tempo e no espaço.

Os ritos cerimoniais podem ser coletivos, como os citados acima ou praticados individualmente, como o jejum ou a meditação. Podem ocorrer em locais pré-determinados como os templos, ou isoladamente pelos indivíduos em suas residências. Eles possuem a função de manter viva a lembrança de elementos vitais para a existência do grupo religioso, lembrando ao fiel seus compromissos e a importância de cumpri-los com regularidade (FONSECA, 2015, p. 32).

Por serem tantos, é quase impossível catalogar todos os tipos de ritos e cerimônias religiosas existentes.

Outro ponto em comum a todas as religiões instituídas é o fato de possuírem doutrinas, normas e ensinamentos. Todas as religiões do mundo possuem ensinamentos considerados sagrados, sejam orais, passados de geração a geração ou escritos. Aliás, a maioria dos textos sagrados escritos circulou de forma oral por algum tempo, até que o grupo religioso sentisse necessidade de preservá-los, escrevendo-os (MARTINS, 2015, p. 9).

Mas por conter a religião tantas nuances, subdivisões e interpretações, uma única definição dificilmente daria conta de esgotar o seu sentido. Assim, muitos preferem discorrer sobre os mais variados aspectos da religião e suas consequências.

Um destes aspectos é a discussão acerca do sentido da religião, de qual seria a sua função no mundo social. Muitos estudiosos escreveram sobre o papel e a função da religião, dentre eles, Peter Berger, Karl Marx, Jean Jacques Rousseau e Max Weber.

Para Berger (1985) a sociedade com todas as suas instituições, cultura, normas e aparato legal é uma construção humana, aí incluídas as religiões. Assim, chega-se à conclusão de que a sociedade é produto do ser humano e este é quem produz a sociedade, em um movimento dialético. Para ele, a principal função da religião é ajudar na construção de um mundo social, de um mundo que faça sentido para as pessoas.

Berger (1985) afirma que o maior temor dos seres humanos é a *anomia social*, que ele define como caos ou falta de sentido. Ao sacralizar aspectos complexos da vida humana, como as crises, o sofrimento, as enfermidades e a morte, o ser humano cria um cosmos sagrado, em que mesmo as coisas mais difíceis de explicar acabam possuindo um ou mais sentidos, trazendo segurança ao que crê e tornando o mundo mais significativo.

Já para Karl Marx a religião é um elemento importante de convencimento social, fazendo parte do que ele denominava de “superestruturas”, que são as instituições de modo geral, agrupando a política, o judiciário, o sistema educacional e artístico e tudo o que envolve a sociedade. Estas estruturas sociais serviriam para combater mudanças sociais radicais e manter as estruturas de privilégios das classes dominantes (PONZILACQUA, 2016).

No meio religioso em geral, Marx ficou com a fama de inimigo da religião principalmente pela frase de que ela é “o ópio do povo”, uma metáfora para os efeitos nocivos que a religião causa na mente dos trabalhadores, que devido às doutrinas religiosas, que justificam teologicamente as desigualdades sociais, não permitem que estes trabalhadores sejam conscientizados da exploração a que estão sendo submetidos. Ou seja, para Marx, a religião impede que os trabalhadores se tornem revolucionários (PONZILACQUA, 2016).

Isto é bem exemplificado nas palavras de Giddens (2005, p. 431), ao escrever que segundo Marx,

MARTINS, Edson e CÂMARA, Uipirangi Franklin da Silva. Direito e Religião no Brasil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

A religião adia a alegria e as recompensas para a vida após a morte, ensinando a aceitar resignadamente as condições da existência nesta vida. Dessa forma, desvia-se a atenção das desigualdades e das injustiças encontradas neste mundo em razão da promessa do que virá no próximo.

Em Karl Marx há um claro exemplo de alguém que acreditava no poder da religião em ajudar a construir e principalmente em manter as estruturas sociais.

Nem tão pessimista a respeito da religião foi o filósofo Jean Jacques Rousseau. Segundo ele, a religião tem uma função de auxiliar dos governos, atuando como auxiliar na ajuda do cumprimento das leis, através dos costumes, servindo como “freios morais” da sociedade. Mas nem tudo na religião seria positivo, pois,

Se por um lado as religiões são importantes meios de afirmação da liberdade individual, e por isso devem ser permitidas pelo Estado, elas ao mesmo tempo tornam-se focos permanentes de conflitos dentro da sociedade, e por isso devem ser reguladas pelo Direito (PONZILACQUA, 2016, p. 10).

Assim, para Rousseau, a religião é um elemento importante de controle social, mas que necessita de controle também.

Dos grandes pensadores que estudaram e escreveram sobre a religião, talvez o que possua uma visão mais positiva acerca dela seja o alemão Max Weber. Em seus escritos, ele defende que a religião, que na maioria das vezes é acusada de ser conservadora, pode também ser inovadora, agente de mudanças sociais. Para defender sua tese ele escreveu o livro A ética protestante e o espírito do capitalismo. Ali ele descreve como as doutrinas protestantes, principalmente a doutrina da predestinação, aliadas ao estilo de vida protestante permitiram o crescimento e a expansão do capitalismo no mundo (WEBER, 2007)

Como foi visto até aqui, a religião é um fenômeno social, presente no mundo desde sempre. E no Brasil, como foi que ela chegou e se instalou?

2. A RELIGIÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

É um fato incontestável que a história do Brasil está intimamente ligada à religião, especificamente a religião Católica Romana. Os descobridores do Brasil, os portugueses, eram extremamente religiosos. Aliás, toda a estrutura social portuguesa era tutelada pelo catolicismo mais conservador de toda a Europa.

No período colonial brasileiro a relação entre o Estado e a religião católica era a mais íntima possível. Quase todas as esferas da vida social brasileira estavam ligadas de uma forma ou de outra, à religião. Esta relação só vai começar a mudar com a promulgação da primeira Constituição Brasileira.

2.1 A RELIGIÃO NA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL DE 1824

Logo depois da independência do Brasil, foi promulgada uma nova Constituição, que continuou estabelecendo o Catolicismo como a religião oficial do país. É certo que pequenas mudanças foram introduzidas, como a tolerância para com as outras religiões que aqui se instalassem, desde que não fizessem proselitismo e nem possuíssem templos. O texto é bastante claro a esse respeito:

Art. 5o - A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.

A Constituição previa que ninguém seria perseguido por motivos religiosos, desde que não desrespeitasse o Estado e nem ofendesse a moral pública. Embora o texto legal abrigasse proteção para as religiões não católicas, na prática, era muito difícil uma religião diferente prosperar naquele tempo, visto que todas as instâncias sociais estavam dominadas pelo espírito do Catolicismo.

Isto se dava, porque:

a Constituição de 1824, se não excluiu totalmente a liberdade religiosa na teoria, na prática invalidava a sua eficácia [...]. A liberdade de culto estava proibida, e a organização do Estado, por sua vez, interferia imediata e profundamente na realidade dos cidadãos, na medida em que o caráter público e privado do direito era todo orientado por um Estado religioso. São exemplos dessa orientação certas normas constitucionais que demonstravam o quanto era ilusória qualquer garantia formal à liberdade religiosa de crença, já que o a de culto era efetivamente proibida (RIBEIRO, 2002, p. 63).

O que se conclui na leitura da Constituição de 1824 é que ainda que o texto legal abrisse brechas para a existência da pluralidade religiosa, na prática tal não acontecia, pois, o súdito que não professasse a fé católica seria privado de vários direitos essenciais.

2.2 A RELIGIÃO NA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA

Com o fim do regime monárquico e a instalação da República no Brasil, em 1891 foi promulgada a nova constituição republicana. Nela, os legisladores estabeleceram a radical separação entre a igreja e o Estado. Assim, quase 400 anos de supremacia legal católica foi interrompida.

Muitas mudanças começaram a ser implementadas a partir do texto constitucional. O casamento legal passou a ser o civil, o primeiro documento oficial de um cidadão passou a ser a Certidão de Nascimento, lavrada nos cartórios, os cemitérios foram secularizados, o ensino público seria laico e todas as religiões passaram a ter os mesmos direitos.

Um aspecto que chama a atenção nesta primeira Constituição foi o fato de ela vetar a participação de religiosos de vida consagrada em determinadas eleições, como se pode ver no artigo 70, parágrafo primeiro, item 4º, que diz não poderem votar para as eleições federais ou para as dos Estados *os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.*

Outro fato interessante é que esta Constituição brasileira não traz referência a Deus em seu preâmbulo. Isto se explica pelo forte espírito positivista que permeou os principais líderes republicanos, que não viam com bons olhos a presença da religião nas instituições públicas.

2.3 A RELIGIÃO NAS DEMAIS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Depois da primeira Constituição republicana, o Brasil teve a de 1934, que procurou manter a separação entre igreja e Estado, mas introduzindo uma pequena abertura ao prever a cooperação entre elas. Apresentou algumas novidades, como o ensino religioso com frequência facultativa nas escolas públicas e a possibilidade de o casamento religioso ter os mesmos efeitos do casamento civil, atendidos os requisitos legais.

A Constituição de 1937, produzida no governo de Getúlio Vargas manteve a separação entre igreja e Estado e a garantia de liberdade de culto a todas as religiões. Chama a atenção o fato de que esta Carta Magna não fazer menção a Deus em seu texto inicial. Uma das explicações para o fato, de acordo com Fonseca (2015, p. 63), é a inspiração fascista que a permeou, visto que o documento foi produzido em um período de ditadura.

Considerada uma Constituição democrática, a de 1946 surgiu de uma assembleia constituinte, expressando a vontade popular. Nesta Carta não houve mudanças substanciais no tocante à religião. Foi mantida a separação entre ela e o Estado e as garantias de liberdade de crença e de culto. Uma inovação contida no texto constitucional de 1946 foi a previsão de imunidade tributária para os templos religiosos.

A Constituição de 1967, redigida pela ditadura militar não trouxe modificações nas relações entre igreja e Estado, mantendo quase todas as previsões das cartas anteriores.

A atual Constituição do Brasil, promulgada em 1988, contou com a participação ativa de um grande número de parlamentares ligados às confissões religiosas, majoritariamente evangélicos e católicos. Além de manter todas as garantias à existências das religiões e a liberdade de crença e culto, o documento traz o seguinte preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça com valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, *sob a proteção de Deus*, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil

Muito embora o preâmbulo da Constituição não possua valor normativo, ele possui um valor simbólico. Evidencia a força da religião cristã (tanto na vertente católica, quanto nas crescentes igrejas evangélicas) no Estado brasileiro. Esta visão religiosa irá refletir de forma clara alguns dilemas enfrentados pela sociedade brasileira, em que valores seculares colidem com valores religiosos, gerando tensão, na maioria das vezes.

3 A RELIGIÃO, O DIREITO E ALGUMAS QUESTÕES ÉTICAS

Como já foi visto até aqui, a religião católica chegou com os primeiros colonizadores e sempre esteve presente no cotidiano do povo brasileiro e embora desde a primeira Constituição republicana haja a norma explícita de separação entre religião e Estado, a presença do Cristianismo nas mais diversas esferas seculares se faz presente. É como se o Estado, em muitos casos, fosse cristão, o que acaba gerando alguma tensão, conflitos éticos e situações bastante complexas. Ver-se-á nas páginas seguintes, como exemplo, duas destas situações.

3.1 A LAICIDADE DO ESTADO BRASILEIRO E OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS

A primeira Constituição republicana deixou clara a posição laica do Estado, estabelecendo uma radical separação entre este e a religião, de qualquer matiz. Os constituintes de 1988 também foram no mesmo caminho ao aprovar o artigo 19 que preconiza:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Mesmo sendo o texto constitucional muito claro, é muito comum encontrar pelo Brasil afora símbolos cristãos, como crucifixos (influência católica) e bíblias (influência evangélica) em prédios públicos. Tal prática tem provocado algumas reações, pois de acordo com Fonseca (2015), a laicidade estatal pressupõe distanciamento de preferências religiosas, pois mesmo que o Cristianismo possua o maior número de seguidores no Brasil, existem muitas outras religiões e estas possuem os mesmos direitos.

Em defesa da existência de símbolos cristãos em órgãos públicos, evoca-se o número expressivo de fiéis que professam o Cristianismo, sendo inegavelmente a religião da maioria dos brasileiros. Rebatendo tal argumento, Almeida (2008, p. 104) afirma:

Interpretar a liberdade religiosa à luz dos valores religiosos da maioria é simplesmente deixar de reconhecer o vínculo entre esse princípio e todos os outros direitos que lhe são conexos, como o direito à igualdade, à liberdade de expressão e à separação entre Igreja e Estado

Algumas ações de inconstitucionalidade foram propostas visando retirar os símbolos religiosos dos prédios públicos. Um deles foi movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Não logrou êxito, pois os juízes decidiram pela improcedência da ação, argumentando que há no Brasil um histórico de aproximação do Estado para com os valores religiosos, principalmente os cristãos, devido inclusive, à herança que o Cristianismo legou ao país, desde a sua colonização (FONSECA, 2015).

Assim, fica o paradoxo: a mesma constituição que prevê separação entre igreja e Estado, evoca a figura de Deus em seu preâmbulo e os órgãos que devem zelar pelo seu cumprimento ostentam símbolos de uma só religião.

3.2 O ABORTO NO BRASIL E A VISÃO RELIGIOSA

A legislação brasileira prevê a prática legal do aborto em três situações bem específicas: quando há risco para a mãe, quando a gravidez é proveniente de estupro e quando o feto for anencefálico.

Enquanto há grupos que lutam para a descriminalização total do aborto no Brasil e apontam vários argumentos, sejam de cunho filosófico ou mesmo prático, há uma pressão enorme por parte de entidades religiosas para a sua total criminalização. É um assunto em que o consenso é quase impossível de se alcançar.

A organização religiosa que mais usa sua força para tentar mudar as leis a favor do aborto é a Igreja Católica, que alega defender a vida desde a sua concepção, ou seja, desde a união do óvulo e do espermatozoide. O entendimento é que desde a fecundação já existe vida e interromper, seja em que estágio for, é um crime, pois o embrião já pode ser considerado uma pessoa humana (MONTERO; SALES; TEIXEIRA, 2017, p. 440).

Nesta sua cruzada contra o aborto no Brasil a Igreja Católica tem contado com a ajuda dos parlamentares evangélicos, em uma união não usual, em que os interesses convergem, neste caso. Nas comissões que analisam as propostas que tramitam no Congresso Nacional, tanto a Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB, quanto estes parlamentares, tentam barrar propostas mais liberais quanto ao aborto ou apresentam propostas no sentido de restringir a sua prática ainda mais.

O debate que o assunto provoca, muitas vezes brutal, faz parte de uma democracia e pode ser salutar. Sobre isto Montero, Sales e Teixeira (2017, p. 441), se posicionaram ao afirmar que,

A análise desse processo permite-nos perceber que sob o aparente caos das mobilizações coletivas e da virulência dos debates e disputas emerge uma configuração relativamente padronizada que associa, articula atores, acontecimentos. A análise também nos permite compreender como atores e instituições estabelecem alianças e produzem justificativas na defesa de suas posições no jogo de uma controvérsia. As controvérsias são situações dinâmicas de confronto, mas também são momentos de construção ou de reconstrução de determinado ordenamento social.

A questão do aborto é um claro exemplo de como convicções religiosas interferem na elaboração de leis no Brasil. Os que defendem que o corpo da mulher a ela pertence e somente ela é capaz de decidir o que fazer com ele, estão evocando princípios da liberdade individual, área em que, segundo eles, a religião não deveria se imiscuir.

Já os que defendem que o Estado tem a obrigação de proteger o embrião desde os seus primeiros momentos, trazem para o debate questões religiosas e morais, como a defesa da vida.

À primeira vista, não parece haver consenso quanto à esta questão entre os envolvidos e é quase certo que novos embates sobre o tema aborto serão travados brevemente no Brasil e a luta será travada na arena política, com a presença ostensiva da religião, que influenciará as decisões jurídicas, de uma forma ou de outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo, seus autores puderam concluir que a religião, de uma forma ou outra, está presente em todas as sociedades, em todas as épocas e lugares. É um fenômeno social e universal. No Brasil, a história do descobrimento e da colonização está intimamente ligada à presença marcante e vigorosa da Igreja Católica, que ocupava (e ainda ocupa) grandes espaços sociais.

Foi possível, ainda, analisar a dificuldade em se conceituar a religião, conhecer seus principais componentes e o seu significado na visão de grandes pensadores, como Peter Berger, Karl Marx, Jean Jacques Rousseau e Max Weber.

Viu-se que para Berger, a religião tem a função de dar sentido ao mundo, afastando a ideia de caos, de anomia. Para Marx, a religião é alienante, instrumento de dominação que as elites usam para se perpetuarem no poder. Rousseau via a religião como um freio social, quando se alia ao Estado na manutenção da ordem, mas que deveria ser vista com cautela, pois ela mesma pode subverter a ordem social. Já Weber via a religião de uma forma mais positiva, imputando a ela o poder de trazer inovações sociais.

O artigo permitiu apresentar um breve panorama das constituições brasileiras e a presença da religião em cada um dos textos constitucionais. Observou-se que em todas elas havia a preocupação do legislador em manter a separação entre a igreja e o Estado, mas que na prática isto não ocorreu de forma efetiva.

Por fim, os pesquisadores selecionaram dois exemplos de como a religião acaba pautando algumas discussões no Brasil. O primeiro é o uso de símbolos religiosos em prédios públicos, inclusive os da justiça, que deveriam zelar pela laicidade do Estado, mas não o fazem. O segundo exemplo é a polêmica acerca do aborto no Brasil, previsto na legislação em três distintos casos: risco de morte para a mãe, gravidez mediante estupro

MARTINS, Edson e CÂMARA, Uipirangi Franklin da Silva. Direito e Religião no Brasil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

e feto comprovadamente anencéfalo. Apesar dos esforços para a total descriminalização do aborto por parte de várias entidades e partidos políticos, o lobby religioso tem mostrado muita força neste embate.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. **Liberalismo Político, Constitucionalismo e Democracia. A questão do ensino religioso nas Escolas Públicas**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

ASSIS, Olney Queiroz; KUMPEL, Vitor Frederico. **Manual de Antropologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 1985.

BIRNBAUM, Norman. **Religião**. In: Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.

FONSECA, Francisco Tomazoli da. **Religião e Direito no século XXI**. Curitiba: Juruá, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LEAL, Alane de Lucena. Religião e Direito: uma construção a partir do convívio social. In: **Direito e Religião: uma aproximação**. Brasília: Editora Processus, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Edson. **História das Religiões**. Curitiba: Editora Olsen, 2015.

MONTERO, Paula; SALES, Lilian; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. As relações entre Estado e Religião no Brasil. In: **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2017.

PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira. **Direito e Religião: abordagens específicas**. Ribeirão Preto: SDDS/ FDRP USP, 2016.

RIBEIRO, Milton. **Liberdade Religiosa: uma proposta para debate**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa: as religiões no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINS, Edson e CÂMARA, Uipirangi Franklin da Silva. Direito e Religião no Brasil. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.